

3

A grande mudança dos jornais – das empresas para as ONGs

Os fatos históricos nos são reportados dentro de um recorte temporal e espacial. Com as notícias cada vez mais curtas e imediatistas, para responder à tendência superficial e utilitária que a informação ganhou em nossos dias, o recorte temporal para a seleção dos fatos mais relevantes foi encurtado assustadoramente. Do mesmo modo que as distâncias diminuíram com a velocidade da comunicação, o tempo também foi compactado, de modo a restringir nosso acesso a fatos que se dão em um intervalo de tempo mais abrangente. Tomamos conhecimento de detalhes sobre um atropelamento ocorrido há centenas de quilômetros, mas não temos meios claros de receber alguma informação sobre transformações que ocorrem lentamente no íntimo das consciências, moldando as expectativas de nossos vizinhos, amigos ou familiares, de modo que quando o percebemos já é tarde. As últimas eleições ficaram marcadas por um grande número de desentendimentos familiares e entre amigos por temas nunca tratados. Nosso mundo priorizou assuntos e preocupações que, nos momentos críticos, mostraram-

-se pouco relevantes. Somos a geração que cresceu ouvindo que “política e religião não se discute”. E de repente, descobrimos o motivo.

Isso produz um estado de alerta para eventos distantes e rudes, enquanto nos tornamos insensíveis e brutos para as relações interpessoais mais profundas e as relações de confiança. Em certo sentido, porém, somos ultrasensíveis justamente nestes temas, mas nos tornamos confusos quanto às maneiras de alcançar o entendimento desejado. Queremos algo para o que nos tornamos inaptos.

Em uma aula do seu curso de filosofia, Olavo de Carvalho observa os fatores que causam a grande dificuldade com que o homem moderno percebe o curso do tempo histórico. Há uma relação universal, observa, entre história e biografia que ficou ausente não só da forma pela qual vêm sendo narrados os acontecimentos nos jornais, mas das próprias discussões acadêmicas e historiográficas. De certa forma, diz Carvalho, a rapidez dos avanços tecnológicos produz uma desigualdade que mesmo em uma mesma geração indivíduos podem ter a impressão de viverem em eras históricas distintas. Um jovem com um computador ou o domínio de um aplicativo de celular não tem dúvidas de viver num período histórico diferente do seu colega que ainda não dominou uma ferramenta específica. Isso influencia dramaticamente na percepção do tempo e da história, mas também da falsidade e veracidade das narrativas.

Não temos senão um modo muito rudimentar de descrever o curso do tempo no âmbito da organização humana e das suas transformações mais sutis, sejam elas linguísticas ou psicológicas. Mas elas estão por trás da forma como compreendemos os fatos à nossa volta. Isso quer dizer que não estamos, absolutamente, percebendo aquilo que importa. Mesmo quando obtemos informações históricas, isso se dá, na maioria das vezes, pelo simples acúmulo de fatos que não podemos acessar diretamente, o que significa dizer que são, para nós, meras ficções. A exposição constante ao modo de organização das notícias nos torna pouco acostumados à percep-

ção direta da realidade.

Chegamos aqui a um ponto-chave: afinal, a contextualização é importante. Mas não exatamente da forma como querem os transformadores que lotam os centros acadêmicos marxistas. A importância e urgência da contextualização é algo de que não podemos ter dúvidas. A questão é: qual o contexto que nos será passado e qual aquele de que de fato precisamos?

Uma das mudanças sociais mais importantes deste final do século XX e início do XXI acabou nos escapando por completo, embora influencie diariamente no modo como são elaboradas as notícias que lemos nos jornais e no modo como as recebemos. Para explicar essa mudança, é preciso dizer que o período em que os jornais tinham a função de informar era aquele em que o sustento das empresas de comunicação dependia da publicidade de empresas anunciantes. Apesar de historicamente esse fato ter suscitado constante suspeita em relação aos jornais, parece ter sido dessa forma que chegamos a compreender os jornais como fontes confiáveis de informação objetiva. Afinal, essa modalidade estava umbilicalmente ligada à noção de concorrência e do objetivo de oferecer um diferencial diante dos demais veículos. É mais fácil separar a informação mais ou menos em estado bruto daquela feita com o interesse na venda de um produto ou tomada de uma decisão simples. A separação entre os departamentos editorial e comercial dos jornais nunca foi mais do que física. Ainda assim, nós nos acostumamos a esse tipo de atuação comercial. Hoje, quando o jornalismo representa, não mais a informação, mas a transformação social, a suspeita fica ainda mais inevitável.

Mas a mudança do modelo informativo para o transformativo, sobre a qual já escrevi, se deveu a outra mudança mais profunda: a entrada da internet na arena da comunicação impôs a necessidade de divisão do bolo publicitário. Como já mencionamos, isso empurrou o jornalismo para outras fontes de renda, entre elas a aliança com o Terceiro Setor (ONGs) e os governos.

Pouca gente dá importância a essa mudança que aparentemente é apenas econômica. Mas é preciso compreender o que isso significou para a estrutura interna das empresas de mídia. Mesmo com suas versões digitais, os grandes jornais têm seu negócio ancorado na publicação impressa, que precisa ser autossustentável. O jornal impresso permanece como um símbolo de poder dessas grandes empresas, que se veem nele e com o qual mantêm ainda alguma credibilidade, se comparado com a versão digital. Migrar totalmente para a internet, portanto, seria um suicídio para essas grandes empresas, pois seriam vistas como descaracterizadas e decadentes. O jornal impresso permanece como símbolo da credibilidade perdida, do tempo em que a função informativa prevalecia. Tal conservadorismo na manutenção do jornal impresso é o que sustenta a credibilidade que será usada na função transformadora.

Mas não foi só isso. Com a queda do faturamento, a contratação de jornalistas também foi afetada, provocando certo nível de desemprego. Desprovidos do emprego em uma redação, muitos jornalistas migraram para as ONGs, onde, usando seus contatos e conhecimentos de dentro do jornal, podem mais facilmente desempenhar o papel de relações públicas e “emplacar” matérias de interesse do seu empregador nas capas dos grandes jornais. Afinal, as organizações do terceiro setor existem justamente para isso. A assessoria de imprensa é uma atividade que pertence juridicamente à profissão de relações públicas. Mas isso não impediu que empresas e ONGs contratassem apenas jornalistas, devido ao conhecimento que estes têm das redações, dos editores e da estrutura da notícia.

As organizações não governamentais tiveram início a partir de grandes fundações familiares (Ford, Rockefeller, MacArthur, entre outras) de caráter filantrópico, isto é, com o intuito de “tornar o mundo um lugar melhor”. A filantropia possui esse risco. Quando você pode fazer algo pelas pessoas, naturalmente está se expondo à tentação de moldar o mundo à imagem de suas próprias utopias e

expectativas. Essas fundações, na mão de grandes capitalistas, perceberam o benefício de investirem seu dinheiro em movimentos sociais de esquerda, grupos que almejam a transformação da sociedade em um mundo planejado. Esses metacapitalistas¹⁶, assim, atraem para si o ganho dessa transformação. Com dinheiro de sobra, não foi difícil criar ao longo dos anos uma imensa estrutura de organizações que, em geral, defendem as mesmas causas e agem internacionalmente de maneira coordenada. A Organização das Nações Unidas já está perfeitamente integrada nessa estrutura de entidades globais que agem livremente em qualquer país do mundo, mobilizando e militando pelos mesmos objetivos, da maneira que é possível em cada circunstância geográfica. Elas atuam inclusive dentro de universidades, por meio de financiamentos e parcerias internacionais, para ampliar estudos que sirvam de base para influenciar governos e partidos políticos em função de suas agendas.

Uma das explicações de como os grandes capitalistas acabaram financiando a esquerda foi o horror dos liberais frente à profecia marxista da revolução proletária. Se de fato os trabalhadores do mundo iriam se rebelar e tomar as propriedades da burguesia, então era preciso fazer alguma coisa. Junto do sentimento de culpa desses liberais crédulos no marxismo, a filantropia que já era uma tradição nos EUA e Europa, começou a direcionar seu dinheiro para implementar uma Nova Ordem Mundial mais igualitária. Mas principalmente domesticá-la.

O jornalismo atual, que se alimenta do conteúdo e das ações promovidas pelas ONGs, acaba levando essas entidades a substituírem o papel dos governos e da sociedade sem que tenham sido

16. Popularizado pelo filósofo Olavo de Carvalho, o termo metacapitalismo refere-se à atividade conjunta de grandes capitalistas e governos no financiamento de atividades revolucionárias e/ou subversivas de tipo cultural. Apesar de viverem em um ambiente capitalista, as atividades financeiras dessas empresas direcionam-se a subverter o sistema e utilizar-se dele para fins revolucionários. Exemplos são as grandes fundações, instituições como a Open Society, do milionário George Soros, que controla centenas de órgãos de mídia.

eleitas para isso. Em suas agências de assessoria de imprensa, elas produzem textos, reportagens e vídeos para as redações dos jornais, os quais, diante da necessidade de informação para vender exemplares financiados pelos agora poucos, grandes e exigentes anunciantes, utilizam-nos sem pestanejar. Assim, muitas empresas de comunicação integraram-se na estrutura das ONGs, contratando-as como prestadoras de serviço e fornecedoras de conteúdo, seja formal ou informalmente. Quando uma relação tão próxima não é possível, torna-se irresistível utilizar o seu conteúdo ou reportar os fatos, eventos e atividades que as ONGs promovem como se fossem acontecimentos da sociedade. Dessa forma, os anseios e expectativas, as utopias e desejos, manifestados pelas ONGs, passam a representar os anseios da sociedade. Um literal sequestro da voz popular.

A influência das ONGs na prática jornalística vai muito além da submissão ao conteúdo. Ela se dá no método de abordagem, muito mais pedagógico e político do que informativo, como mostrei em *A transformação social* (2016), em que analisei a abordagem jornalística na temática ambiental segundo as categorias de função informativa, política e pedagógica e aponte a estrutura comum utilizada na maioria das operações de persuasão de médio prazo.

Tudo isso acontece à revelia de um mandamento básico do jornalismo, o de que o principal critério de noticiabilidade é o acontecimento. Isso significaria que, no jornalismo tradicional, as matérias só são jornalisticamente interessantes quando motivadas por um fato ou acontecimento real. Muitas vezes, porém, no trabalho de ONGs e instituições desse tipo, o acontecimento já vem programado para ser ocasião de criar um debate nacional ou internacional em torno de um tema. Trata-se de uma variante do chamado *gancho*, originalmente usado apenas para dar uma sensação de continuidade à cobertura de um tema. Agora ele é usado, assumidamente, para gerar debate sobre um tema e mudar, com isso, o entendimento da opinião pública a respeito dele.

É por isso que hoje se vê muito pouca informação nos jornais, exceto nas páginas de previsão do tempo e jornalismo policial. De modo geral, quase todas as notícias factuais estão enquadradas dentro de uma narrativa já estabelecida de antemão, como, por exemplo, a relação determinista entre crescimento da criminalidade e desigualdade social nas metrópoles. Premissas advindas diretamente de visões filosóficas bastantes discutíveis são fornecidas por fundações internacionais, às vezes quase sem maquiagens nos telejornais. Quando um analista ou até mesmo um apresentador dá a entender que o problema da criminalidade está origina-se na desigualdade social, isto é apresentado sempre como premissa indiscutível. Esta opinião, aparentemente inocente, na verdade vem da ideia de que a pobreza é a causa do crime e dos vícios, e que, portanto, as classes mais altas seriam naturalmente mais virtuosas.

Essa é uma das mais clássicas e conhecidas crenças de entidades como a Fundação Rockefeller, financiadoras de programas de controle populacional voltados para países pobres da África e da América Latina. A crença destes que são os principais financiadores da grande maioria das causas progressistas no mundo todo, traz consigo uma profunda demanda por difusão, tarefa a que os jornais se prestam quotidianamente. A virtude inerente aos ricos, e o vício associado aos pobres faz parte da crença daqueles funcionalistas integradores sobre os quais falamos. Mas por mais humano que um jornalista queira parecer, ele não cessa de defender o ideário dos seus patrões. Na verdade, ele nem percebe a diferença entre o que quer defender e o que está defendendo. Essa mentalidade fragmentada é transmitida fielmente ao público, que a repete.

No Brasil, parece perfeitamente coerente alguém acreditar na tese da virtude dos ricos e, no instante seguinte, reclamar que os políticos ou empresários milionários são todos corruptos. Este tipo de contradição é a evidência do confronto, em nós, entre as ideias prontas colhidas da opinião pública e a realidade dos fatos que só temos acesso por meio das fórmulas prontas expressas nas figu-

ras retóricas mais usadas e repetidas. Mas a vitória final das ideias prontas acontece todos os dias no interior de nossa consciência, queiramos ou não, percebamos ou não. Essa contradição fica flagrante em qualquer tentativa de queda de braço entre as fórmulas subjetivas (construídas retoricamente) e a realidade crua à qual temos sempre um acesso bastante profundo e, por isso mesmo, difícil de perceber. A autoridade dos meios de comunicação e suas fórmulas, seus chavões repetíveis, parece sempre se impor em um mundo cada vez mais dominado pelo relato em detrimento do fato.